

<i>Apresentação</i>	XI
<i>Abreviaturas</i>	XIII

Capítulo 1 — TUTELA CONSTITUCIONAL DA INTIMIDADE, VIDA PRIVADA, HONRA E IMAGEM	1
1.1. Introdução	1
1.2. Intimidade	1
1.3. Vida privada	3
1.3.1. Jurisprudência sobre vida privada	4
1.4. Direito à honra	4
1.4.1. Jurisprudência sobre violação à honra	6
1.5. Direito fundamental à própria imagem	7
1.5.1. Imagem-retrato	9
1.5.2. Jurisprudência sobre violação à imagem-retrato	16
1.5.3. Imagem-atributo	17
1.5.4. Jurisprudência sobre violação à imagem-atributo	17
1.6. A questão da intransmissibilidade do direito à imagem	19

Capítulo 2 — AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL	21
2.1. Conceito de dano	21
2.2. Danos morais	24
2.3. Danos morais e direitos da personalidade	27
2.4. Direitos da personalidade e pessoa jurídica	29
2.5. Pressupostos para a caracterização do dano moral ..	30
2.6. Ação de indenização por danos morais	33
2.7. Possibilidade de cumulação da indenização por danos morais com danos materiais	34
2.8. Competência para o julgamento de ação de indenização por danos morais	35
2.9. Prazo prescricional para a propositura da ação indenizatória	36
2.10. Responsabilidade civil subjetiva e objetiva	38
2.11. Procedimentos das ações de indenização por danos morais	42
2.12. Requisitos para a fixação do <i>quantum</i> indenizatório	43
2.13. Orientações práticas	47
2.14. Modelo de petição	47
 Capítulo 3 — DIREITO DE RESPOSTA E DANO MORAL	 59
3.1. O direito de resposta na ordem constitucional	59
3.2. Conteúdo do direito de resposta	62
3.3. Requisitos para o exercício do direito de resposta. .	63

3.4. Decadência e extinção do direito de resposta	65
3.5. Pedido extrajudicial de direito de resposta	67
3.5.1. Modelo de pedido extrajudicial de direito de resposta	68
3.6. Ação reclamationária de direito de resposta	71
3.6.1. Orientações práticas	72
3.6.2. Modelo de ação reclamationária de direito de resposta	73
3.6.3. Direito de resposta no projeto da nova Lei de Imprensa	81
3.7. Direito de resposta na Justiça Eleitoral	81
3.7.1. Modelo de representação para direito de res- posta na Justiça Eleitoral	83

Capítulo 4 — DANOS MORAIS NA JUSTIÇA DO TRABALHO 88

4.1. Danos morais nas relações de trabalho	88
4.2. Principais manifestações do assédio moral	89
4.2.1. Críticas constantes e injustificadas ao traba- lhador	90
4.2.2. Imposição de situações vexatórias e humilhan- tes	91
4.2.3. Assédio sexual e contatos físicos indesejáveis	91
4.2.4. Desvio de função e isolamento do trabalhador	98
4.3. Competência da Justiça do Trabalho para julgar pre- tensões de indenização por dano moral	99
4.4. Jurisprudência sobre assédio moral	100

4.5. Assédio moral na prática judiciária	102
4.5.1. Orientações práticas	102
4.5.2. Modelos de petições	103
1) Reclamação trabalhista em que o objeto é o assédio moral	103
2) Reclamação trabalhista com cumulação de verbas rescisórias e indenização por dano moral	108
Capítulo 5 — AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS NO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	114
5.1. Aspectos do procedimento sumaríssimo adotado pelos Juizados Especiais	114
5.2. Orientações práticas	116
5.3. Modelos	117
1) Petição nos Juizados Especiais	117
2) Resumo do pedido verbal	123
Capítulo 6 — RESPONSABILIDADE DO ESTADO POR DANO MORAL	125
6.1. Responsabilidade objetiva por risco administrativo	125
6.2. Responsabilidade do Estado por erro judiciário ou por excesso no cumprimento da pena	127
6.3. Orientações práticas	130
6.4. Modelo de petição	131

Capítulo 7 — RESPONSABILIDADE PENAL POR	
DANO MORAL	137
7.1. Ação penal privada por crimes contra a honra	137
7.2. Orientações práticas	138
7.3. Modelo de queixa-crime	139
<i>Bibliografia</i>	143